



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

INSTRUÇÃO NORMATIVA STJ/GP N. 21 DE 19 DE MAIO DE 2023.

Altera a Instrução Normativa STJ/GP n. 4/2017, que regulamenta a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva.

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e considerando o que consta do Processo STJ n. 12.711/2021,

RESOLVE:

Art. 1º A alínea “e” do inciso V do § 1º do art. 4º da [Instrução Normativa STJ/GP n. 4 de 28 de março de 2017](#) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

§ 1º

.....

V –

.....

e) coleção Everardo Luna;”

Art. 2º O inciso V do § 1º do art. 4º da [Instrução Normativa STJ/GP n. 4/2017](#) passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “f”:

“Art. 4º

§ 1º

.....

V –

.....

f) coleção de Obras Raras.”

Art. 3º O parágrafo único do art. 13 da [Instrução Normativa STJ/GP n. 4/2017](#) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13.

Parágrafo único. É vedada a incorporação de novas publicações à Coleção Bueno de Souza, à Coleção Frederico Marques, à Coleção Caio Mário e à Coleção Everardo Luna, para que seja mantida sua integridade e originalidade.”

Art. 4º Fica transformado em § 1º o atual parágrafo único do art. 14 da [IN STJ/GP n. 4/2017](#) e é acrescentado o § 2º, com a seguinte redação:

“Art. 14.

[...]

§ 2º Serão consideradas como obras raras, para incorporação, somente aquelas em que se verificarem pelo menos dois dos critérios listados nos incisos I a XI do art. 14 desta instrução normativa.”

Art. 5º O Anexo II da [Instrução Normativa STJ/GP n. 4/2017](#) passa a vigorar conforme o anexo desta instrução normativa.

Art. 6º Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA



Documento assinado eletronicamente por **Maria Thereza Rocha de Assis Moura, Presidente do Superior Tribunal de Justiça**, em 22/05/2023, às 19:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3507740** e o código CRC **E3A5DA86**.

Anexo II

(Alterado pelo art. 5º da Instrução Normativa STJ/GP n. 21 de 19 de maio de 2023)

Tabela de Assuntos

ASSUNTO	NÍVEL DE PROFUNDIDADE
Biodireito	4
Direito (Introdução. Filosofia. Hermenêutica. História)	3
Direito administrativo	4
Direito aéreo	4
Direito agrário	4
Direito alfandegário	4
Direito ambiental	4
Direito animal	4
Direito autoral	4
Direito bancário	4
Direito cambiário	4
Direito civil	4
Direito comercial	4
Direito comparado	4
Direito constitucional	3
Direito da criança e do adolescente	4

Direito das águas	4
Direito das coisas	4
Direito das minorias	3
Direito das obrigações	4
Direito das sucessões	4
Direito das telecomunicações	4
Direito de família	4
Direito desportivo	4
Direito digital	4
Direito diplomático	4
Direito do consumidor	4
Direito do trabalho	3
Direito dos transportes	4
Direito econômico	4
Direito eleitoral	3
Direito espacial	4
Direito falimentar	4
Direito financeiro	4
Direito imobiliário	4
Direito indígena	3
Direito industrial	4
Direito internacional	4
Direito internacional aéreo	4
Direito internacional privado	4
Direito internacional público	4
Direito médico	4
Direito militar	3
Direito minerário	4
Direito monetário	4
Direito municipal	4
Direito notarial e registral	4
Direito nuclear	4
Direito penal	4
Direito penal internacional	4
Direito penal militar	4
Direito penitenciário	4
Direito portuário	4
Direito previdenciário	4
Direito privado	4
Direito processual	4
Direito processual do trabalho	3
Direito público	4
Direito regulatório	4
Direito sanitário	4
Direito securitário	4
Direito societário	4

Direito tributário	4
Direito urbanístico	4
Direitos humanos	3
Direitos reais	4
Filosofia	3
Magistratura nacional	3
Mediação e arbitragem	4
Medicina legal	3
Organização judiciária	4
Processo civil	4
Processo penal	4
Psicologia jurídica	3
Redação jurídica	3
Regimento Interno do STJ (em publicações editadas pelo próprio Tribunal)	5
Responsabilidade civil	4
Superior Tribunal de Justiça (em publicações editadas pelo próprio Tribunal)	5
Superior Tribunal de Justiça e/ou sua jurisprudência	4